

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 827.631 - SP (2015/0307295-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : MARLI APARECIDA BRITO
ADVOGADO : LUCYANA APARECIDA BRITO - SP186753
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NEI CALDERON - SP114904
MARCELO OLIVEIRA ROCHA - SP113887
FABIANO ZAVANELLA E OUTRO(S) - SP163012
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado por Banco do Brasil S.A. contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

Ação de cobrança - Depósito judicial - Prescrição vintenária - Não ocorrência - termo "a quo" a contar da data em que a autora manifestou interesse em levantar a verba e teve ciência do valor que a Instituição Financeira pretendia lhe devolver - Laudo pericial que apurou diferença a ser suportada pelo requerido - Impugnações afastadas - Remuneração do capital que não representa ônus para a parte - Afastamento da prescrição com procedência do pedido inicial - Inversão dos ônus de sucumbência - Recurso provido.

Alegou-se, no especial, violação do artigo 333, I, do revogado Código de Processo Civil, sob o argumento de que a autora não produziu prova de suas alegações.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O Tribunal local concluiu que, "após a realização de perícia contábil apurou-se que o valor que a Instituição Financeira ofertou à autora quando manifestou interesse em promover o respectivo levantamento não se encontrava correto. Apesar da impugnação oferecida por ambas as partes, o laudo contábil apurou o valor que deverá ser restituído à autora com sustento na legislação vigente em cada oportunidade" (e-STJ, fl. 381).

Confunde o recorrente, portanto, fato provado com ônus da prova, de modo que, diante da conclusão alcançada pela Corte paulista, inequívoco que o reexame

Superior Tribunal de Justiça

da causa esbarra nas disposições do verbete n. 7 da Súmula desta Casa.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

